

PROVAS DISCURSIVAS P_3 (questões) e P_4 (parecer)

- Nestas provas, faça o que se pede, usando, caso deseje, os espaços para rascunho indicados no presente caderno. Em seguida, transcreva os textos para o **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS DAS PROVAS DISCURSIVAS P_3 E P_4** , nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado. Será também desconsiderado o texto que não for escrito na(s) **folha(s) de texto definitivo** correspondente(s).
- No **caderno de textos definitivos**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois não será avaliado texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado. Caso queira assinar o texto do seu parecer, utilize apenas o nome **Analista de Controle**. Ao texto que contenha qualquer outra forma de identificação será atribuída nota zero, correspondente à identificação do candidato em local indevido.
- Em cada questão, ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **5,00 pontos**, dos quais até **0,25 ponto** será atribuído ao quesito apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado). No parecer, esses valores corresponderão a **20,00 pontos** e **1,00 ponto**, respectivamente.

QUESTÃO 1

Considerando que, entre as prerrogativas conferidas à administração pública pelo regime jurídico dos contratos administrativos, a Lei n.º 8.666/1993 prevê que a administração pode intervir na propriedade do contratado, discorra sobre a modalidade de intervenção que a administração pública está autorizada a executar em propriedades. [valor: 1,00 ponto]

Em seu texto, aponte

- 1 as possíveis situações em que ocorre tal modalidade; [valor: 2,00 pontos]
- 2 o fundamento legal para esse tipo de intervenção; [valor: 0,75 ponto]
- 3 o fundamento principiológico que permite tal intervenção. [valor: 1,00 ponto]

RASCUNHO – QUESTÃO 1

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

QUESTÃO 2

Na Constituição de determinado estado da Federação, há artigos que conferem às decisões impositivas de condenação patrimonial emanadas do Tribunal de Contas estadual (TCE) a condição de título executivo extrajudicial. Os referidos artigos asseguram, ainda, que a legitimidade do TCE e do Ministério Público junto ao TCE (MP/TCE) para o aviamento de execução fundada naquele título executivo extrajudicial será concorrente, atribuída tanto ao próprio TCE quanto ao MP/TCE.

Com base na referida regra, um agente público foi condenado pelo TCE a sanção pecuniária pela malversação de recursos públicos. O próprio TCE, então, deu início à execução. Em embargos opostos à execução pelo agente condenado, surgiu a discussão sobre a (in)constitucionalidade do dispositivo da Constituição estadual que assegurara legitimidade ao TCE para aviamento da execução.

Acerca da situação hipotética acima descrita, analise a (in)constitucionalidade dos artigos da referida Constituição estadual. Em seu texto, aborde, justificadamente, os seguintes aspectos:

- 1 (im)possibilidade de controle difuso de constitucionalidade de dispositivo de Constituição estadual; [valor: 1,50 ponto]
- 2 princípio da simetria; [valor: 1,50 ponto]
- 3 (im)possibilidade de aplicação da teoria da inconstitucionalidade por arrastamento em controle difuso de constitucionalidade para que eventual declaração de inconstitucionalidade alcance também a legitimidade atribuída ao MP/TCE. [valor: 1,75 ponto]

RASCUNHO – QUESTÃO 2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

QUESTÃO 3

Em auditoria realizada por unidade técnica do tribunal de contas de determinado estado em convênio celebrado entre município com cerca de 77 mil habitantes e determinada organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP), para ampliar a rede de atendimento odontológico em três comunidades do município, constatou-se que:

- ▶ os dentistas contratados deveriam cumprir jornada de 20 horas semanais no âmbito do convênio;
- ▶ o município tinha alcançado o patamar de gastos de 56% da receita corrente líquida com despesas de pessoal no Poder Executivo;
- ▶ a referida OSCIP não havia comprovado efetivamente a sua capacidade técnica para a execução dos serviços.

Observando os elementos da situação hipotética acima descrita, discorra, com fundamento nos dispositivos legais vigentes, sobre a validade jurídica do referido convênio à luz da Constituição Federal de 1988 [valor: 1,50 ponto], da Lei de Responsabilidade Fiscal [valor: 1,75 ponto] e da Lei n.º 4.320/1964 [valor: 1,50 ponto].

RASCUNHO – QUESTÃO 3

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

QUESTÃO 4

Discorra, de forma fundamentada, a respeito das características do instituto da imunidade tributária e do instituto da isenção tributária, apontando suas principais diferenças.

RASCUNHO – QUESTÃO 4

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

PARECER

Determinada entidade fechada de previdência complementar (EFPC), a PREVI-X, foi estabelecida sob a forma de fundação sem fins lucrativos e constituída por empresas concessionárias de serviço público. Uma dessas concessionárias, a empresa Y, passou a integrar a PREVI-X na condição de patrocinadora, após a realização de convênio de adesão firmado em 2015.

A PREVI-X existe desde 1990 e entre suas atividades constam a instituição e operação de planos de benefícios de caráter previdenciário e a prestação de serviços assistenciais à saúde.

O plano de custeio da PREVI-X para o plano de benefícios dos empregados da patrocinadora Y estabelecia que as contribuições da patrocinadora e dos participantes seriam fixadas na proporção de 6% e 8%, respectivamente.

Em 2016, houve aumento nas contribuições da patrocinadora e dos participantes para 12% e 10%, respectivamente. A PREVI-X justificou que o aumento deveu-se à distorção inicial nos percentuais de instituição das contribuições da patrocinadora Y e dos participantes, pois, inicialmente, os participantes contribuía com 2% a mais que os patrocinadores. Adicionalmente, a PREVI-X esclareceu que esse procedimento foi respaldado no fato de a empresa Y, patrocinadora, ser entidade de direito privado e, portanto, submetida à incidência do Código de Defesa do Consumidor quanto à relação de previdência complementar.

Com base no caso hipotético acima descrito, elabore parecer fundamentado na legislação vigente e na jurisprudência dos tribunais superiores e que esclareça os aspectos jurídicos a seguir:

- 1 legalidade das atividades desenvolvidas pela PREVI-X no tocante à instituição e à operação de planos de benefícios de caráter previdenciário e à prestação de serviços assistenciais à saúde; **[valor: 5,00 pontos]**
 - 2 legalidade das contribuições da patrocinadora Y e dos participantes nos percentuais de 6% e 8%, respectivamente; **[valor: 4,50 pontos]**
 - 3 legalidade das contribuições da patrocinadora Y e dos participantes nos percentuais de 12% e 10%, respectivamente; **[valor: 4,50 pontos]**
 - 4 incidência do Código de Defesa do Consumidor à relação de previdência complementar administrada pela PREVI-X e patrocinada pela concessionária Y. **[valor: 5,00 pontos]**
-

RASCUNHO – PARECER – 1/2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO – PARECER – 2/2

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	